

EJA: ENCONTRO E DESENCONTRO COM O PENSAMENTO FREIRIANO

Alex Lins Ferreira¹

Resumo

O presente artigo tem como principal objetivo problematizar e analisar o ensino na modalidade da Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual Professora Gercina Fernandes Rodrigues no município de Itapissuma/PE, a partir das ideias freirianas. Pretendemos mostrar que a prática pedagógica lá existente, na maioria das vezes, não corresponde com um processo de uma educação que não se limite apenas à leitura e a aprendizagem, mas que tenha sobretudo um caráter emancipatório.

Palavras-chave: Paulo Freire, Educação, Libertação, EJA.

A Escola Estadual Professora Gercina Fernandes Rodrigues, fica localizada no litoral norte de Pernambuco no município de Itapissuma, a aproximadamente 45km da capital Recife. Funciona nos três turnos.

O que nos levou a escolher e refletir sobre a presente temática foi algumas falas dos educandos e educadores. Os primeiros queixavam-se que os educadores só se preocupavam em encher o quadro de conteúdos e que para eles tais conteúdos nada tinham a vê com suas vidas e conseqüentemente com seu cotidiano. Os segundos por sua vez, argumentavam algo que com raras exceções já é de praxe, que os educandos não querem nada com a vida e pouco se concentravam e tinham interesse pelos estudos.

Fomos convidados por alguns educadores para participar por alguns minutos da sua aula. E para a nossa surpresa observamos e constatamos que na maioria das vezes as aulas eram transformadas em um puro monólogo. E em raríssimos casos, o educador apenas se limitava em solicitar o conhecimento prévio do educando em relação ao um dado conteúdo, sem fazer nenhuma relação ou integração à realidade objetiva dos educandos.

Apenas uma professora de história, que no momento estava trabalhando em sala de aula a Revolução Pernambucana de 1817, ousou relacioná-la com a realidade da classe popular nos dias atuais, instigando e envolvendo todos os educandos no debate.

1 Mestre em educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da educação básica da rede estadual de ensino de Pernambuco. E-mail: aflins@hotmail.com

A partir dessas observações e constatações pudemos nos certificar que a prática pedagógica na EJA da escola supracitada estava aquém dos princípios norteadores de seu principal criador, Paulo Freire.

Pensamos então em fazer uma pesquisa teórica acerca de como seria uma prática pedagógica fundamentada no pensamento freiriano, e de maneira específica, em uma Pedagogia do Oprimido, tendo como público alvo a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Dáí a escolha do tema desse artigo, EJA: Encontro e Desencontro com o Pensamento Freiriano.

A escola desde os ideais republicanos é o lugar privilegiado de formação de homens cidadãos, cidadãos estes formados de acordo com a classe dominante vigente. Ela era sinônimo de liberdade, racionalidade, igualdade e fraternidade, representando assim a saída da escuridão para luz, da ignorância ao conhecimento, do senso comum à consciência filosófica, enfim, a grande equalizadora de todos os problemas que envolvem a existência humana.

A luz desse ideal de escola, a educação tradicional fez desse espaço um lugar onde os educandos eram e ainda são, com raras exceções meros instrumentos de acomodação e ajustamento. A partir de uma ótica de transmissão de conteúdos verticalmente, o processo educativo e conseqüentemente a apropriação de conhecimentos se dava de maneira autômata e passiva, em detrimento da realidade objetiva e das experiências sociais, políticas e econômicas dos educandos. Os levando a ser apenas um objeto desse processo.

Teorias com tais fundamentos viam a escola como uma ilha, distante da realidade social, política, econômica, ética e cultural dos seus educando, enfim, da sociedade extra-muros. Neste modelo de escola, é claro, a ideologia dominante se perpetuava com pouca resistência, e na maioria das vezes com grande aceitação por aqueles que nela estavam. O poder da classe dominante, as vezes de maneira explícita, as vezes silenciosamente era assimilada e inculcada pela classe dominada sem ou quase nenhuma forma de resistência.

Esta educação é o que Paulo Freire e outros educadores populares a chamam de educação bancária. É apenas uma educação para o comodismo, ajustamento, alienação, sujeição, e em última instância legitimadora do *status quo* da classe hegemônica.

É dentro desta realidade que se insere com a Escola Estadual Professora Gercina Fernandes Rodrigues.

E nesse sentido Freire nos alerta

[...] Portanto, enquanto o animal é essencialmente um ser de acomodação e de ajustamento, o homem é da integração. A sua grande luta vem sendo através dos tempos, a de superar os fatores que o fazem acomodado e ajustado. É a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão que o esmaga, quase sempre até sendo feita – isso é o mais doloroso – em nome de sua própria libertação (FREIRE, 1983, p. 43).

Freire com seu pensamento voltado para uma educação popular cujos alguns princípios são a liberdade, a democracia, a autonomia, o engajamento político, a transformação e a libertação [...], vai em desencontro a uma educação voltada para a massificação, a destemporalização, o desraizamento, enfim, uma educação que faz das crianças, jovens, adultos e idosos vítimas permanentes de um sistema opressor perverso, o capitalismo.

O autor pernambucano em uma das suas críticas a educação tradicional frisa firmemente, precisamos entre outras coisas.

De educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da intimidade com eles. A da pesquisa ao invés da mera, perigosa e enfadonhosa repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesma de vida. A educação do “eu me maravilho” e não apenas do eu “fabríco” (Idem, 1983, p.93).

Daí o autor atribuir ao educador um papel fundamental na relação pedagógica. É ele que vai criar estratégias que possibilitem o educando a participar ativamente desse processo de transformação-libertação. A exemplo dessa práxis, citamos a professora de história na qual mencionamos no início das nossas palavras, onde a mesma ao falar da Revolução Pernambucana de 1817, fez um levantamento prévio dos conhecimentos que os educandos tinham sobre o assunto e a partir das informações obtidas fez uma relação significativa e ressignificativa com a atual realidade do Brasil e especificamente de Pernambuco. Começou pontuando conjuntamente quem está na posição de opressor e oprimindo, e democraticamente foram buscando ideias e possíveis atitudes que os levassem a fazer daquela reflexão um momento de conscientização político-pedagógica.

Nesta prática pedagógica podemos perceber um encontro básico entre algumas das ideias freirianas e a EJA, esta entendida como educação popular.

[...] Daí que o papel do educador seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto, sobre situações concretas oferecendo-lhes simplesmente os instrumentos com que ele se alfabetiza. Por isso, a alfabetização não pode ser de cima para baixo, como uma decisão ou uma imposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto apenas com a colaboração da educação (Idem, 1983, p. 111).

É salutar afirmarmos que a maioria dos educadores e educadoras estão ainda muito distante do tipo de educador que Paulo Freire idealizou. Na sua grande maioria, não porque

querem, mas por inúmeros elementos que o fazem ainda transmissores ativos conscientes ou inconscientemente da pedagogia tradicional.

Uma das questões cruciais desse distanciamento ou desencontro é a ausência de um currículo que contemple uma formação popular a partir do engajamento político-social do educador, bem como do educando. Quantos de nossos cursos de graduação em licenciaturas existem sequer uma disciplina específica sobre as ideias freirianas no tocante a educação popular? São poucos. As que existem se deparam com inúmeros problemas de ordem administrativas e burocráticos. Estas que se aproximam e vivenciam da proposta pedagógica de uma educação popular, é permeada e perpassada por outras ideologias, que não são necessariamente uma reflexão sistemática, metódica, radical e rigorosa de fundamento popular,

O projeto de educação popular pretende reduzir e eliminar a alteridade constitutiva da educação de adultos. Não porque o educador venha a “ser como o povo”, o que é uma questão quase sempre de teatro. Mas pelo fato radical de que, no seu limite de realização, a educação popular passa a se constituir como uma das dimensões da própria prática social popular. Neste sentido, ainda, ela ainda não é tão somente “um instrumento a serviço do povo”. Ela torna-se em sua prática – uma plena educação popular – de que educadores militantes participam como assessores. Torna-se um trabalho popular de produção do saber coletivo da classe e perde, portanto, a sua dimensão de ser instrumentalmente “para”: para conscientizar, para mobilizar, para organizar. Ao contrário, a conscientização, a mobilização e a organização popular, como expressões de sua prática orgânica, constituem em uma forma limite de educação popular, de que o educador é chamado a participar. Passa a ser em si mesma e através de si mesma uma dimensão do trabalho prático popular que resulta em acumulação do saber de classe (da tão passagem interna de um saber tradicional de povo para um saber orgânico de uma classe popular). Consequentemente, resulta em uma acumulação de poder popular através do seu próprio saber. Torna-se um trabalho político que se exerce coletivamente no domínio do conhecimento popular (BRANDÃO, 1984, p.176).

A pedagogia freiriana foi e ainda é em alguns casos objeto de algumas críticas de pensadores que atribuíam às ideias freirianas um aspecto de ingenuidade porque apenas, segundo eles, se limita em alguns momentos ou é entendida como tal, a simples realidade dos educandos, sem possibilitá-los a construção de um saber sistemático “instrumental”, ou seja, um contra saber a classe dominante.

Tais críticas não se justificavam não apenas porque Freire teve experiências concretas exitosas no tocante a transformação – libertação, a exemplo de Angicos-PE, mas pelo fato do mesmo explicitar o conceito de uma educação popular que não corresponde a intolerável *domesticação* e conseqüentemente da massificação, alienação e manipulação de um povo, realizada historicamente por um modelo de educação de massa que tolhia à liberdade de expressão, a crítica, a criatividade, os sonhos, enfim, a libertação.

Daí ele afirmar

[...] Esta é uma das tarefas fundamentais da educação popular de corte progressista, a de inserir os grupos populares no movimento de superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico, mas além do “penso que é” em torno do mundo e de si no mundo e com ele (FREIRE, 2007, p 31).

No seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1968) Freire é enérgico ao afirmar que é preciso e imprescindível a classe popular construir um novo tipo de conhecimento, conhecimento este fundamentado na vida, nos medos, nos anseios, nos desafios, e mais ainda na realidade de opressão que vive a classe popular. Este conhecimento como dissemos não se resume a realidade nua e crua da classe popular, mas seus fundamentos encontram-se em uma epistemologia que prima as experiências sociais, políticas, culturais, econômicas e éticas do educando.

Em Freire o ato de alfabetizar não se restringe apenas a ler, escrever e contar, não se limita a uma educação de simplesmente inserir os indivíduo numa dada ordem social. Alfabetizar é sinônimo de conscientizar. Conscientizar no sentido político da palavra. “A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica” (FREIRE, 2005, p. 7).

Este pensamento freiriano vai ao desencontro de uma educação transmissão-assimilação, condicionamento-resposta, submissão-obediência, indisciplina-castigo, história-heróis, é o desencontro pleno com toda e qualquer forma de imposição, opressão e dominação. “[...] o diálogo, a dialética, a democracia são categorias centrais do seu discurso e autênticos condutores da explicitação da pedagogicidade inerente aos processos de mudanças sociais” (SCOCULLIA, 2003, p. 53).

O cerne da *Pedagogia do Oprimido* é exatamente esta tríade, o diálogo, a dialética e a democracia culminando na libertação dos educandos, ou melhor, da classe popular. Estes na sua individualidade, bem como na sua singularidade são os próprios sujeitos do seu processo histórico, social e político.

Seria ignorância da nossa parte não reconhecer a influência da educação tradicional na nossa formação enquanto crianças, homens e mulheres, menos ainda, não reconhecer as marcas, marcas estas profundas que historicamente foram-nas impostas pela classe dominante.

Daí Freire frisar que a luta dos oprimidos,

Sua luta se trava entre eles mesmos ou seres duplos. Entre expulsarem ou não o opressor dentro de si. Entre se desalinham ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem os espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem a ilusão que atuam, na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz castradas em seu poder de criar e recriar no seu poder de transformar o mundo [...]. A libertação, por isto, é um parto. E um doloroso. O homem que nasce dessa parte é o homem novo que só viável na e pela superação da contradição opressor-oprimido, que é a libertação de todos (FREIRE, 2005, p. 38).

É nesse sentido que é tão difícil ter uma prática pedagógica humanizadora na grande maioria dos cursos da EJA. Pois são, quase quinhentos anos de dominação e inculcação ideológica, voltada quase sempre para os detentores do poder, bem como dos meios de produção.

Os educandos na sua maioria, quando o educador é de uma linha progressista que valoriza a realidade objetiva do educando e faz da sala de aula um espaço de debate e de construção de saberes alternativos, fazem perguntas do seguinte tipo: O senhor só vai conversar? Não vai escrever? Hoje a aula vai ser boa, não vamos fazer nada.

A introjeção da ideologia dominante é tão forte historicamente, que a maioria dos educandos tem medo de pensar sobre si, sobre o outro, com o outro e interagir com seus contextos sociais, políticos e econômicos.

No dizer de Capucho:

Jovens e adultos (as), idosos (as) precisam ser reconhecidos (as) como sujeitos de direitos, pois em virtude das situações de desigualdade presentes na sociedade brasileira, e ausência do Estado na garantia dos direitos lhes foi negado o direito a educação no passado, e lhes é dificultado no presente, o que valida a reivindicação de caráter afirmativo as políticas destinadas a essa população com vistas a universalizar a educação em nosso país, ou seja, as políticas públicas precisam focar medidas especiais e emergenciais com o objetivo de eliminar desigualdade historicamente acumuladas (CAPUCHO, 2012, p. 23).

É urgente a formação de mais educadores que se designe ao papel de um educador na linha freiriana, que se aproprie, e incorpore a pedagogia do oprimido, a pedagogia da humanização da liberdade do saber, do aprender, da autonomia e da libertação.

Consta-se a necessidade e uma luta incessante em prol de uma educação popular que resista a toda e qualquer forma de dominação e opressão, e que conquiste o seu espaço que historicamente lhe foi negado. Esse reconhecer-se oprimido é o primeiro passo para a liberdade de expressão e concomitantemente de transformação-libertação.

Esta libertação não pode se dá nas palavras de Paulo Freire, no âmbito individual ou em grupo; esta libertação deve ser de todos.

O importante, por isto mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo – não mais opressor, não mais oprimido, mas homens libertando-se. Precisamente porque, se sua luta é no sentido de fazer-se homem, que estavam sendo proibidos de ser, não o conseguirão se apenas inverterem os termos da contradição. Isto é, se apenas mudam de lugar nos pólos da contradição (FREIRE, 2005, p.48).

Nesse aspecto especificamente, percebemos em Freire uma construção utópica de sociedade, utópica aqui não no sentido de possibilidade de existência, mas de uma sociedade que transcende o mundo objetivo.

O pensamento de Freire no que tange a humanização, a prática da liberdade, a conscientização, a transformação e conseqüentemente a libertação é autêntica, aceitável e possível de ser efetivado, mas não no seu sentido pleno para todos. Queremos ou não, sempre vamos está sob a sombra da ideologia dominante.

A pedagogia freiriana rompe definitivamente com os princípios que norteiam a pedagogia tradicional, liberal, tecnicista, etc. Mas pela própria complexidade do ser humano não pode dá conta de diversas realidades que os circunda.

Se faz necessário ressaltar que todas as ideias freirianas encontram-se expostas e inseridas, pelo menos em termo de Brasil, dentro de uma sociedade de formação capitalista, e que a cada momento cria estratégias e mecanismos para que sua marca ideológica se perpetue através da sua metamorfose.

No que se refere à educação na EJA, o pensamento de Paulo Freire em Pernambuco e o de Moacir de Góes, no Rio Grande do Norte, representam a concretização de uma práxis que valoriza o humano pelo próprio humano, e mais uma vez ratificamos que o educador tem um papel relevante nesta práxis como diz, Schwartz:

A ativação do conhecimento prévio não se refere apenas a que o professor pergunte o que os alunos sabem sobre determinado conteúdo que deseja trabalhar. É também, mas não é só. Quando o professor introduz uma “nova” informação, a compreensão desta depende de que os alunos sejam capazes de relacioná-la com o que já construíram, já aprenderam, já conhece [...] muitas vezes o sujeito sabe alguma coisa, mas não percebe a relação que este saber tem em outro contexto, na organização do que parece ser uma informação totalmente nova (SCHWARTZ, 2012, p. 197-198).

O educador, para Freire tem ou precisa ter algumas características, como: problematizador, mediador, criativo, inovador, mas acima de tudo, engajado em uma práxis política em defesa dos direitos e sua concretização enquanto classe popular. Classe esta, que o sistema capitalista se encarregou de torna-la na maioria das vezes sem voz e vez. Além de inculcir a necessidade da existência de opressores e oprimidos, através de uma educação aparentemente neutra, mas nas suas raízes ideológicas, estão presentes a massificação e a

negação do ser humano enquanto sujeito participante e integrante de seu processo histórico. É dentro deste contexto que Bezerra afirma,

Na verdade, não há educação e por isso alfabetização de adultos neutros, toda educação tem em si uma intenção política [...] É em razão disto que nós, enquanto educadores-educandos do povo, devemos estar cada vez mais claros com relação a nossa opção política e vigilante quanto à coerência entre a opção que proclamamos e a prática que realizamos. Claro no que diz respeito ao em favor de que e de quem trabalhamos em educação (BEZERRA, 1987, p. 138).

A educação tradicional tinha um olhar de que a escola era um espaço onde crianças, homens e mulheres tinham acesso ao conhecimento sistematizado de forma harmoniosa, não existindo no interior da mesma conflitos e muito menos luta de classes. A escola introjetava e ainda introjeta nos seus educandos, e as vezes em seus educadores uma visão neutra de educação. Induzindo a partir de estratégias, muitas delas silenciosas, que a escola era e é a grande equalizadora dos problemas da existência humana.

É dentro desse contexto histórico, social, político e econômico que os atuais educadores e educandos estão na maioria das vezes inseridos, em detrimento de uma educação que prime e urge por mudanças substanciais, ou seja, uma educação que seja principalmente igualitária, justa, humana, crítica, democrática, enfim, libertadora. Este representa o nosso principal desafio.

Conclusão

A Escola Estadual Professora Gercina Fernandes, ainda vivencia e evidencia uma prática pedagógica mais voltada para o desencontro, mas, silenciosamente, já percebemos posturas e experiências fundamentadas em princípios freirianos.

Entendemos que alguns dos grandes entraves no tocante a práxis da pedagogia do oprimido estejam relacionados ao currículo da EJA, a uma formação periódica coerente com os princípios norteadores da EJA, sistemática e consistente de educadores-educandos, bem como a competência e ousadia dos educadores-educandos dessa modalidade de ensino em romper e superar os paradigmas da educação para a dominação. Tal práxis não é fácil, mas, também, não é impossível. Já a vivenciamos como dissemos em vários lugares, tanto a nível nacional como internacional.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 44 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Política e educação**. 8 ed. São Paulo: Vila das letras, 2007. (coleção dizer a palavra).

BEZERRA, Aida *et al.* **A questão política da educação popular**. 7 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pensar a prática: escritos de viagens e estudos sobre educação**. São Paulo: Loyola, 1984 (coleção Educação Popular).

CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**. 1 ed. São Paulo: Cartez, 2012 (coleção em direitos humanos, vol. 3).

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SCOCULLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 4 ed. João Pessoa: Universitária/UFPB 2003.